



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

(Criado pela Lei Complementar nº 647 de 14 de novembro de 2012 e reestruturado pela Lei Complementar nº 830 de 05 de julho de 2016)

1 **ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE**  
2 **RACIAL DO ESPÍRITO SANTO - CEPİR**

3 Ao 6º (sexto) dia do mês de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 14h25minh (quatorze horas e  
4 vinte e cinco minutos) na Plataforma Zoom, reuniram-se os membros e convidados do Conselho Estadual  
5 de Promoção da Igualdade Racial do Espírito Santo – CEPİR. **Presentes:** **PODER PÚBLICO:** Elizangela  
6 Souza dos Santos - **SEDH**, Edinéia Conceição de Oliveira – **SEDH**; Paulo Henrique Santos de Moraes - **SESP**,  
7 Ipojucan José Oliveira Dias de Almeida - **SESA**, Marluce Leila Simões Lopes - **NEAB/UFES**; Clerismar Lyrio -  
8 **SETADES**, Darlete Gomes Nascimento – **SEDU**. **SOCIEDADE CIVIL:** Welington Barros Nascimento -  
9 **UNEGRO**, Fátima Tolentino da Silva – **MMU**, Marcos Roberto Alves Correa (Ogã Marcos de Odé) - **Federação**  
10 **Espírito Santense de Cultura e Povos Tradicionais de Matriz Africana**, Arilson Ventura - “**Zacimba Gaba**”.  
11 **Justificaram ausência:** Marianne Malini - **SECULT**, Elissangela Gonçalves Ferreira – **MULTIPLICAÇÃO**.  
12 **Convidado:** Leonardo de Souza (Vice Cacique Tupinikim da Aldeia Caieiras Velhas). A Presidenta Fátima abre  
13 a Plenária saudando aos presentes e informando que apenas a mesa diretora estava se reunindo, já o pleno  
14 desde dezembro de 2021 ainda não havia se reunido ordinariamente, devido às realizações das Conferências  
15 Municipais, Intermunicipais e Livres. Foi feita apenas uma reunião extraordinária em março para tratar pontos  
16 de pauta emergentes. Também frisa sobre a importância da existência do CEPİR, dos organismos de PIR e  
17 dos mecanismos de controle social, na defesa dos direitos da população e grupos étnicos raciais. **Ordem do**  
18 **dia:** **Ponto de pauta 1. Leitura e Aprovação da Ata de Março:** Foi lida e aprovada por unanimidade. **Ponto**  
19 **de pauta 2. Criação da Comissão do Plano Estadual de Igualdade Racial:** A Presidenta Fátima lembra que  
20 alguns Conselheiros já foram apresentados na 5ª Reunião Extraordinária, que são Ogã Marcos de Odé,  
21 Ipojucan, Kelly, Kris, e Welington Barros, que juntamente com a Mesa Diretora, irão compor a Comissão de  
22 adequação do Plano Estadual de Igualdade Racial. A Edineia, Gerente de PIR, frisa sua participação, assim  
23 como a Elisângela Souza, que se colocam à disposição. A Edineia se prontifica a criar um Grupo no WhatsApp  
24 para propagar as informações pertinentes à Comissão, inserir os que já se colocaram à disposição e também  
25 aqueles que ainda queiram participar. **Ponto de pauta 3. Pontos de Pauta: Ogã Marcos de Odé: A)**  
26 **Mapeamento Socioeconômico dos POTMA:** Ogã Marcos lembra do exposto anteriormente sobre a informação  
27 que consta no site do CAD-ÚNICO, referindo-se ao Estado do Espírito Santo, informando dados contraditórios  
28 à realidade e minimizando o quantitativo de povos tradicionais de matriz africana. Ele frisa ainda o aumento de  
29 violações dos direitos destes povos e ressalta a necessidade da realização do mapeamento socioeconômico,  
30 porém não de localização e sim do quantitativo no que tange a gênero, orientação sexual, faixa etária, uso da  
31 água e segurança alimentar, se o espaço territorial está próximo de algum aparelho público, se há respeito ao  
32 ECA nestes espaços, como está sendo tratada a questão da educação e outros dados das temáticas que  
33 tangem ao quantitativo real. Ressalta que é necessário verificar se existe processo, se está protocolado na  
34 Secretaria de Direitos Humanos e afirma que no último contato em reunião com a GEPIR foi informado que  
35 apenas após a realização da V CONEPIR, voltariam a tratar deste assunto. No entanto, tendo em vista os  
36 constantes adiamentos das datas previstas para a realização, teme pela demora neste atendimento de pauta.  
37 Ogã Marcos de Odé frisa que os dados levantados nesse mapeamento poderão ser apresentados ao CAD-  
38 ÚNICO, ao Governo, Secretarias e Municípios, com o objetivo de requerer políticas públicas concernentes aos  
39 povos tradicionais de matriz africana, apoiar os espaços não formalizados a se legalizarem, além de garantir a



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

(Criado pela Lei Complementar nº 647 de 14 de novembro de 2012 e reestruturado pela Lei Complementar nº 830 de 05 de julho de 2016)

40 participação em editais, garantir formação e capacitação de política desse público. Frisa ainda, a orientação  
41 desses espaços para garantir a formação de política de fomento e valorização de mestres e saberes. Também  
42 vê a necessidade de realizar campanhas por meio da Comunicação nas escolas públicas, pois existe a  
43 necessidade de formação continuada à introdução da língua africana, prevendo o combate ao racismo e  
44 intolerância religiosa e linguística. Ressalta que sem o apoio deste Conselho, na confecção e encaminhamento  
45 ao Governo para inclusão no PPA e Secretarias com demandas específicas deste mapeamento e da  
46 cartografia para os enftretamentos citados, o resultado será a continuidade da invisibilidade. Ele finaliza  
47 lembrando a necessidade de criar o Conselho de POTMA para representação das demandas municipais. Em  
48 resposta ao que fora pontuado pelo Ogã Marcos de Odé, a Gerente Estadual de Políticas de Igualdade Racial  
49 Edineia Conceição, diz que o Projeto de Mapeamento socioeconômico encontra-se protocolado na Secretaria  
50 de Direitos Humanos, diz também que com o andamento das Conferências, houve sim a dificuldade desde  
51 encaminhamento e que os procedimentos para o mapeamento demandam tempo, mas nada que não possa  
52 ser feito no período eleitoral, pois a SEDH não terá suas atividades interrompidas. Levando em consideração  
53 que a problemática vem da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ela ressalta que  
54 o que foi de competência do Estado, foi dado todo o suporte, todas as demandas foram acatadas e se coloca à  
55 disposição para retomada da pauta, com a participação de outros atores para garantir o orçamento do próximo  
56 ano. Em relação ao quesito educação, ela informa que é necessário projeto e que seja feito de forma itinerante  
57 para que haja participação das escolas. A Edineia diz que pode ser feita a articulação com as escolas  
58 estaduais por intermédio das SEDH, SEDU e sugere reunião entre essas secretarias para definir o plano de  
59 ação. Em relação ao Conselho de POTMA, ela frisa que no formato apresentado pelo Ogã Marcos de Odé,  
60 houve o entendimento na reunião em questão, que não era viável, pois é necessário abertura de edital para  
61 participação dos povos envolvidos e que ficou no aguardo da relação de contatos, que não foram  
62 encaminhados. Ressalta que a SEDH e a GEPIR continuam à disposição para as demandas apresentadas e  
63 se prontifica a marcar a agenda junto com as Secretarias citadas para esses atendimentos e dar celeridade aos  
64 processos. A Conselheira Marluce traz a informações das práticas religiosas no ambiente escolar, onde o corpo  
65 discente participa de forma semi obrigatória, seguindo a prática do responsável legal pela unidade e a fé que  
66 esse profere, seja de aprovação ou reprovação das práticas nestes espaços. E enfatiza que uma das propostas  
67 apresentadas pelo **NEAB** (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros), é uma nova formação para os docentes da  
68 educação básica e explica que após o MEC deixar de solicitar que as prefeituras por intermédio da Secretaria  
69 de Educação, nas formações cumpram a **LEI Nº 10.639**, que “estabelece as diretrizes e bases da educação  
70 nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura  
71 Afro-Brasileira”, tornou-se mais difícil, pois sem essa obrigatoriedade, algumas prefeituras e até mesmo o  
72 Estado, deixaram de cumprir. Ela coloca-se à disposição em nome do NEAB para participar das reuniões para  
73 tratar do mapeamento, pesquisa e a formação dos professores da educação básica. O Conselheiro Weligton  
74 Barros enfatiza que de acordo com o Ogã Marcos, o projeto protocolado na SEDH atende aos requisitos legais,  
75 restando apenas à aprovação política deste pleno para reivindicar a essa Secretaria, a inclusão do projeto no  
76 PPA e sugere a apresentação do projeto para conhecimento do pleno. A Conselheira Darlete informa que  
77 foram realizados vários encontros formativos entre os anos de 2020 e 2021 com a temática étnica racial e cita  
78 a “Formação Raízes – Educação das Relações Étnico-Raciais”, que faz parte das estratégias do Programa de



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

(Criado pela Lei Complementar nº 647 de 14 de novembro de 2012 e reestruturado pela Lei Complementar nº 830 de 05 de julho de 2016)

79 Enfrentamento ao Racismo nas escolas da Rede Pública Estadual do Espírito Santo, que foram abertas 10.000  
80 mil vagas. Ela frisa, que as temáticas são pontuadas, mas não são aprofundadas. Informa ainda que essa  
81 mesma formação será aplicada em 2022, além da formação temática Quilombola e Indígena, todas no formato  
82 online. Finaliza afirmando que as práticas citadas pelo Ogã Marcos nos ambientes escolares no que tange à  
83 religião, precisam ser denunciadas por não ser legalizadas. Ogã Marcos de Odé enfatiza que como citado pela  
84 Darlete, há várias formações, mas nenhuma contempla os POTMA. B) Seminário dos POTMA em alusão ao  
85 Dia Estadual 14 de Maio: SUPRIMIDO C) Palestra Sobre Violação de Direitos e o que fazer: SUPRIMIDO  
86 **Ponto de pauta 4. Manifestações Povo Indígena Quilombola**: O Vice Cacique Tupinikim Leonardo,  
87 representante da Aldeia de Caieiras Velhas, cita a importância dessa reunião e a aspiração do Cacique Vilmar,  
88 que não está presente devido às demandas da transição de gestão, em se integrar para elencar os direitos das  
89 tribos que estão sendo violados e trazer ao conhecimento do CEDH. Ele enfatiza que a manifestação dos  
90 povos indígenas e quilombolas é referentes aos direitos que estão sendo negados pela Renova, que é a  
91 representante das empresas responsáveis pelos impactos ambientais nos territórios. Ressalta que a  
92 manifestação ainda é pacífica, que o que desejam é ser ouvidos pelo Governo Estadual e empresas envolvidas.  
93 Frisa também, que apenas até 2007 o CEDH fazia-se presente no processo de interpretação das  
94 reivindicações dos direitos dos povos indígenas e por isso propõe a unificação deste Conselho ao Povo Tupi  
95 Guarani no apoio da luta pela terra. O Vice Cacique Leonardo, finaliza enfatizando que houve a destruição da  
96 terra e matas no passado, além do mau uso da água, mas hoje eles tentam reavivar a “mãe terra” e a cultura,  
97 para terem os seus direitos reconhecidos como povo Tupi Guarani. A Presidenta Fátima explica que este  
98 Conselho é de Igualdade Racial, mas se há a falta de diálogo com o Conselho de Direitos Humanos, que o  
99 pleno pode fazer essa articulação unindo forças na luta pela sobrevivência deste povo originário, pois o CEP  
100 nasceu para que nenhum povo étnico racial tivesse seus direitos violados. O Vice Cacique Leonardo, justifica  
101 que citou o CEDH, porque a informação inicial era que essa plenária seria com ele, mas agradece pelo espaço  
102 concedido, pois reconhece que essa luta é de todos. Ogã Marcos de Odé ressalta o respeito à terra e traz a  
103 proposta de encaminhamento de federalização do rio, na qual já está em andamento no grupo onde ele  
104 compõe, com o objetivo de devolver a responsabilidade ao Estado em cumprir o seu tratamento, preservação  
105 de sua orla e propõe que juntos façam essa discussão. Ele cita principalmente a Lei 11.254 / 2006 (Esta Lei  
106 dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro -  
107 SFB, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal -  
108 FND). Dessa forma, Ogã Marcos diz que é possível trabalhar a “permacultura” e agroecologia dentro das  
109 matas e essa Lei os contempla, sendo assim coloca-se a disposição. A Gerente de PIR Edineia, explica que já  
110 existe o diálogo com os indígenas por intermédio do Conselheiro Wellington, diz que a SEDH desde 2020 os  
111 acompanha, principalmente nos diálogos com a Vale e a Renova, o que culminou no acordo que foi  
112 homologado, citou várias ações e frentes onde a SEDH esteve presente por intermédio da Gerência de  
113 Políticas de Igualdade Racial. Ela finaliza se colocando à disposição, frisa que o atendimento da SEDH  
114 independe hierarquia ou etnia racial e lembra que já houve uma agenda com o Governo, mas nada impede que  
115 haja outra para atendimento dessas reivindicações. O Conselheiro Wellington Barros sugere que tendo outra  
116 manifestação dos indígenas, o CEPIR possa ser convocado e que também seja realizada a Conferência de  
117 Promoção da Igualdade Racial na aldeia. A Presidenta Fátima frisa que as pautas apresentadas pelo Vice



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

(Criado pela Lei Complementar nº 647 de 14 de novembro de 2012 e reestruturado pela Lei Complementar nº 830 de 05 de julho de 2016)

118 Cacique Leonardo, também são do CEPIR e os espaços serão estreitados com as visitas em loco. Ela finaliza  
119 dizendo que tem condições de ser realizada a Conferência Livre, uma vez que tem uma nova Secretária de  
120 assistência no Município. Enfatiza que é necessário existir uma pauta de Estado com políticas públicas  
121 sustentáveis que incluem os povos, que não sejam apenas políticas pontuais. O Vice Cacique Leonardo fala  
122 sobre a importância de se fazer conhecido o que acontece nos territórios e ressalta que o acompanhamento da  
123 SEDH traz a segurança de que estão sendo assistidos, mas o que realmente precisam é que estejam juntos,  
124 não apenas acompanhando, é unir forças para lutar coletivamente em prol da mesma causa. Ele agradece as  
125 palavras a Edineia e informa que a representatividade dentro das aldeias indígenas está cautelosa com o  
126 processo, mas que será direcionada documentação à SEDH com acesso livre para responder pela Aldeia de  
127 Caieiras Velhas e será proposto que seja feita reunião presencial com as comunidades indígenas para tratar  
128 dessas pautas. Finaliza conclamando o CEPIR para participar da manifestação que será realizada no dia 19 de  
129 abril com a participação de 1.000 (mil) indígenas no Centro de Vitória, requerendo agenda com o Governo  
130 Estadual. A Edineia, Gerente de Igualdade Racial, corrobora com as palavras do Vice Cacique Leonardo, frisa  
131 que aguarda o direcionamento da documentação dando legalidade para ação das pautas apresentadas e a  
132 proposição da data para que seja feita a reunião em loco, com a participação da SEDH e CEPIR. Ogã Marcos  
133 pergunta ao Vice Cacique Leonardo se a proposta feita lhe interessa e em resposta, ele diz que aceita e  
134 retornará o contato para ter esse diálogo. **Ponto de pauta 5. V Conferência Estadual de Promoção da**  
135 **Igualdade Racial:** A Edineia informa que foi publicada a nova Resolução que sinaliza os dias 10, 11 e 12 junho  
136 para a realização da V Conferência Estadual de Igualdade Racial, já os Municípios tem até 30 de abril para  
137 realizar suas Conferências. **Ponto de pauta 6. Informes:** A Presidenta Fátima informa que foram enviados  
138 Ofícios às SEDH e SESP solicitando reunião conjunta para tratativas sobre a segurança pública e informa  
139 ainda que foi solicitada reunião com o Governo Estadual para atendimento ao movimento negro e que foram  
140 atendidos prontamente. Diz ainda, que após a reunião com as Secretarias, haverá outra reunião com o  
141 Governo Estadual para tratativa dos encaminhamentos. O Conselheiro Wellington Barros lembra que na  
142 reunião com o Governo, foi determinado que dessem encaminhamento de algumas demandas reivindicadas,  
143 junto à SEDH e SESP, além de verificar a possibilidade da criação de uma ouvidoria Independente da Força de  
144 Segurança Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta Fátima agradece aos participantes e encerra a  
145 reunião às 17h23minutos. Eu, Vanderley Ramalhete Tongo, lavei a ata, que após lida e aprovada pelos  
146 Conselheiros, será assinada por mim e pela Presidenta.

147

148 Vitória/ES, 6 de abril de 2022.

149

150 **Fátima Tolentino da Silva**

151 Presidenta do CEPIR

152

153 **Vanderley Ramalhete Tongo**

154 Secretário Executivo

## ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**VANDERLEY RAMALHETE TONGO**  
ASSISTENTE GESTAO - DT  
SEDH - SEDH - GOVES  
assinado em 04/11/2022 16:21:26 -03:00

**FATIMA TOLENTINO DA SILVA**  
CIDADÃO  
assinado em 07/11/2022 10:50:11 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/11/2022 10:50:12 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por VANDERLEY RAMALHETE TONGO (ASSISTENTE GESTAO - DT - SEDH - SEDH - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-Q8LQV2>